

# Apresentação Competitividade dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural

09/08/2024

361



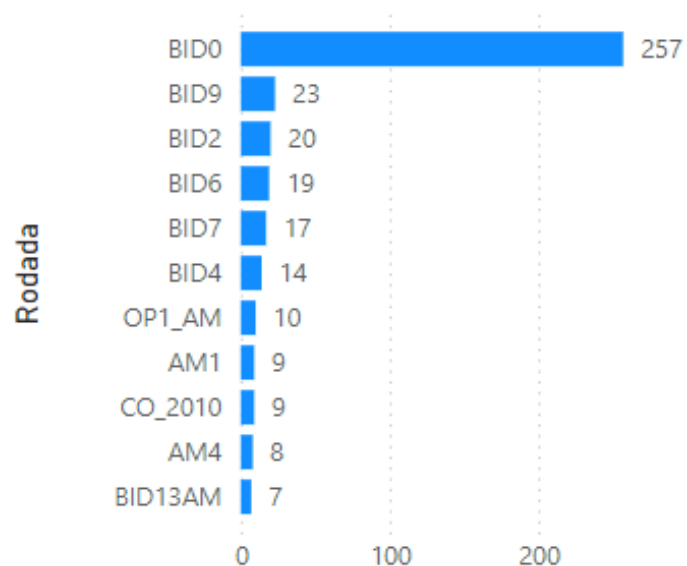
# 361

**Dias**

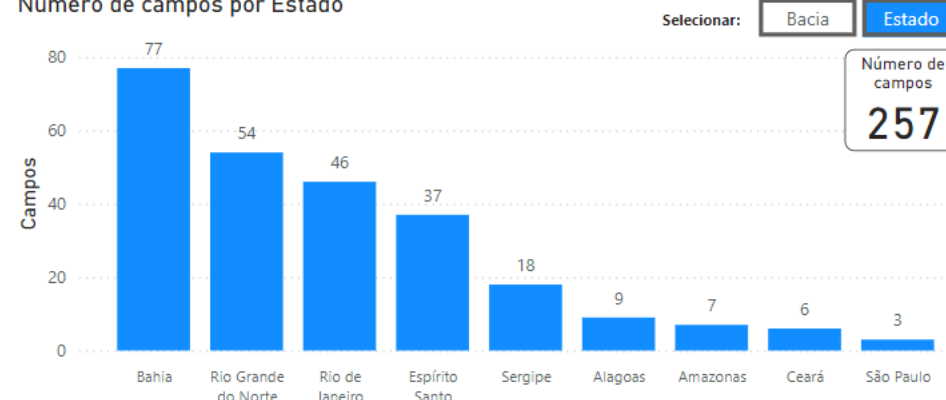
**Para o Término dos Contratos dos Campos da  
Rodada Zero**

# Rodada Zero em Números

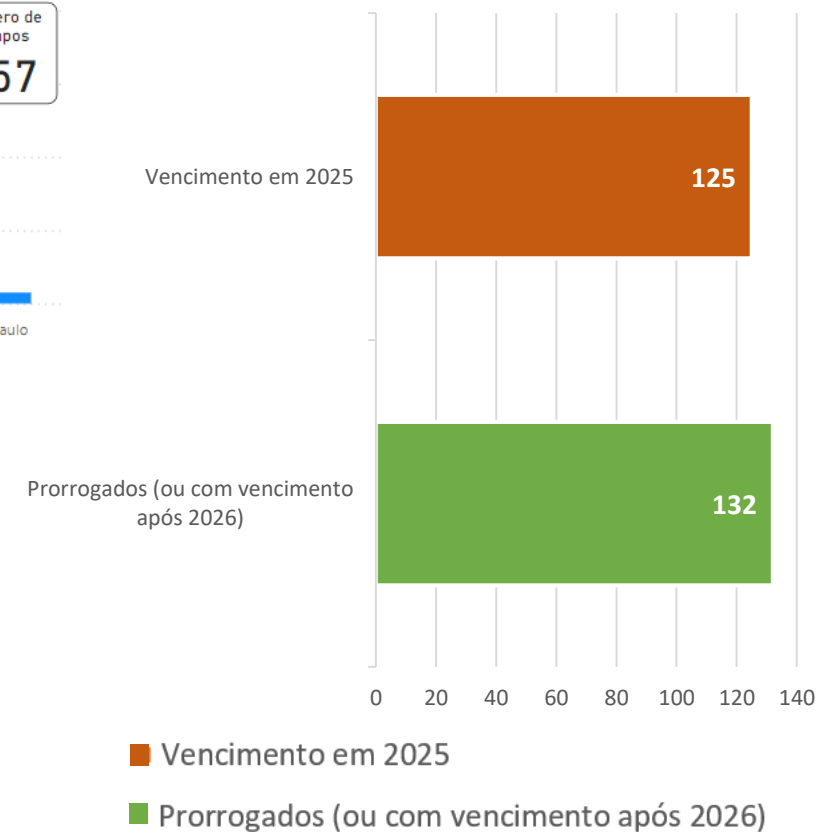
## Número de campos por Rodada



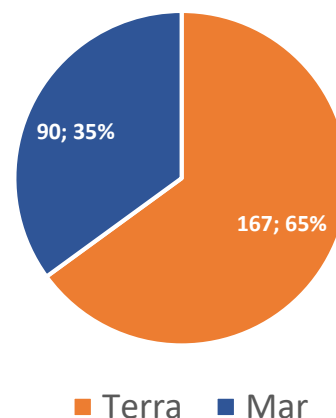
## Número de campos por Estado



## Situação Contratual



## Ambiente



257

Campos

208

Campos Marginais

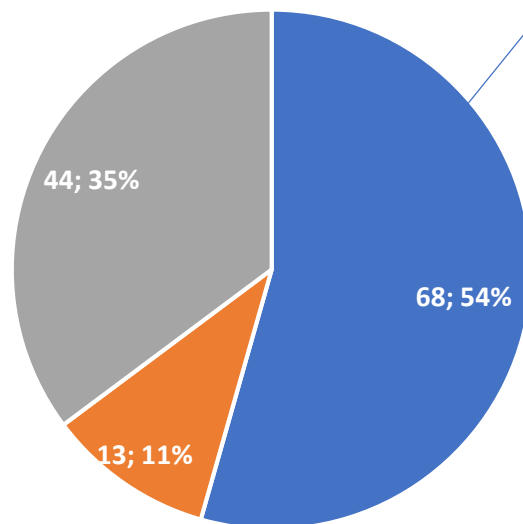
+80%

# Rodada Zero em Números

125

Campos com encerramento contratual em 2025

Situação dos Campos

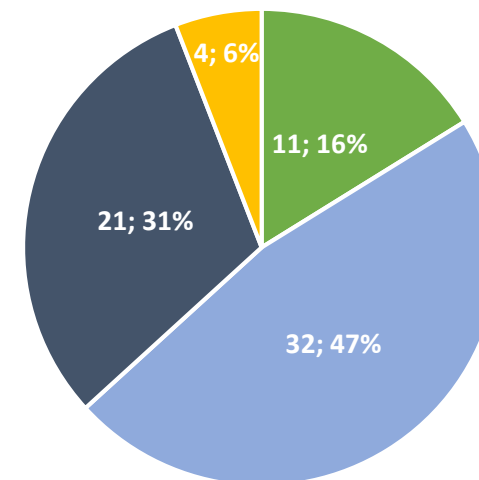


61 marginais



■ Em Produção ■ Relicitados ■ Em Devolução

68 Campos para Continuidade da Produção



■ Aprovados, aguardando Termo Aditivo  
 ■ PDs em Análise  
 ■ PDs em Análise (Entregues Este Mês)  
 ■ Em Processo de Anexação

53

Campos com PDs em Análise

21

Campos com PDs enviados este mês

# Prorrogação Contratual

88  
Marginais

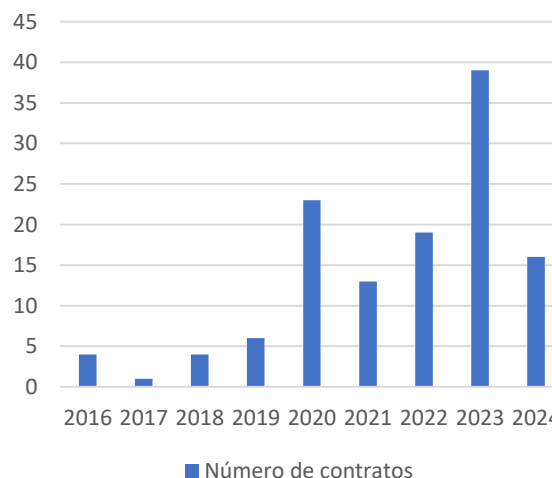
Resoluções CNPE nº 2/2016 (Rodada Zero) e nº 6/2020 (Demais Rodadas)

Estabeleceram as diretrizes para a Prorrogação dos Contratos

O Concessionário pode solicitar à ANP a prorrogação do contrato por até 27 anos, com a submissão de um novo Plano de Desenvolvimento

125 contratos  
prorrogados

Número de contratos Prorrogados por Ano



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA ANP Nº 11, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022 - DOU DE 20-12-2022

*Estabelece diretrizes para avaliação dos novos Planos de Desenvolvimento entregues à ANP visando a prorrogação contratual da fase de produção.*

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o que consta do Processo nº 48610.219720/202217, com base nas deliberações tomadas na 1.108ª Reunião de Diretoria, realizada em 15 de dezembro de 2022, e considerando o vencimento dos contratos da Rodada Zero em 5 de agosto de 2025, RESOLVE:

**Art. 1º** Ficam estabelecidas as diretrizes para avaliação de Planos de Desenvolvimento entregues à ANP visando a prorrogação da fase de produção, bem como a redução da alíquota de royalties sobre a produção incremental que os acompanhem.

**Art. 2º** A análise dos pleitos de prorrogação de vigência dos contratos deverá observar as seguintes diretrizes:

- I - a continuidade da produção deve ser priorizada, em vez da devolução dos campos;
- II - o prazo de extensão contratual deverá estar em consonância com o corte econômico do campo previsto no plano de desenvolvimento, respeitado o limite de cada contrato;
- III - os detentores de direitos e obrigações devem demonstrar diligências às obrigações dos contratos de concessão e viabilizar o aproveitamento dos recursos descobertos e a extensão da produção;
- IV - a exploração e produção de petróleo e gás natural deve ocorrer de forma sustentável e compatível com as melhores práticas da indústria;
- V - os Planos de Desenvolvimento dos campos de grande produção deverão conter investimentos firmes no curto prazo, compatíveis com a maximização da recuperação dos reservatórios, de forma a garantir o maior retorno para a sociedade brasileira;
- VI - os Planos de Desenvolvimento dos campos de pequena produção ou **marginais** deverão conter investimentos no curto prazo ou compromissos de gastos operacionais relacionados às atividades de operação e manutenção da produção, compatíveis com as melhores práticas da indústria, observada a realidade de desenvolvimento de cada campo; e

VII - todas as atividades e os investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento de prorrogação contratual devem ser considerados na avaliação do pleito, independentemente de terem sido objetos de programas e planos anteriormente aprovados ou submetidos à ANP.

# Enquadramento Marginais

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 877, DE 16 DE MAIO DE 2022 - DOU DE 17.05.2022

*Dispõe sobre o enquadramento de campos e acumulações de petróleo e gás natural que apresentem economicidade ou produção marginal.*

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020 e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.206226/2020-12 e as deliberações tomadas na 1088ª Reunião de Diretoria, realizada em 12 de maio de 2022, RESOLVE:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Resolução dispõe sobre o procedimento para enquadrar como marginais os campos e acumulações que apresentem economicidade ou produção marginal.

**Art. 2º** Para fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - análise de enquadramento: avaliação da aderência do campo ou acumulação de petróleo e gás natural aos critérios e parâmetros estabelecidos pela ANP para o enquadramento como marginal;

II - acumulação: ocorrência natural de petróleo ou gás natural em um reservatório;

III - acumulação marginal: acumulação de petróleo ou de gás natural cujo desenvolvimento e operação apresente economicidade marginal, nos termos definidos por esta Resolução;

IV - Basic Sediments and Water (BSW): porcentagem de água e sedimentos em relação ao volume total de líquidos produzido no campo;

V - campo de águas profundas: campo cuja profundidade batimétrica média da sua área de desenvolvimento seja superior a 400m;

VI - campo de águas rasas: campo cuja profundidade batimétrica média da sua área de desenvolvimento seja inferior ou igual a 400m;

VII - campo marginal: campo cujo contrato seja oriundo de licitação específica de áreas inativas com acumulações marginais, área com acumulações marginais oriunda de ciclo de oferta permanente ou no qual as atividades de desenvolvimento e produção apresentem economicidade ou produção marginal, nos termos definidos por esta Resolução;

# O que é um campo marginal?

Campo oriundo de um ciclo de Oferta Permanente  
(Acumulação Marginal)

ou

Campo dentro dos seguintes critérios:

I - campos terrestres com:

- a) produção total de até **900** boe/dia;
- b) produção total de até **1.800** boe/dia para campos de gás natural;
- c) produção total de até **1.350** boe/dia e grau API inferior a 22; ou
- d) BSW superior a **98%**;

II - campos de águas rasas com:

- a) produção total de até **2.000** boe/dia;
- b) produção total de até **4.000** boe/dia para campos de gás natural;
- c) produção total de até **3.000** boe/dia e grau API inferior a 22; ou
- d) BSW superior a **90%**;

III - campos de águas profundas com:

- a) produção total de até **20.000** boe/dia;
- b) produção total de até **40.000** boe/dia para campos de gás natural;
- c) produção total de até **30.000** boe/dia e grau API inferior a 22; ou
- d) BSW superior a **80%**;

# Enquadramento Marginais

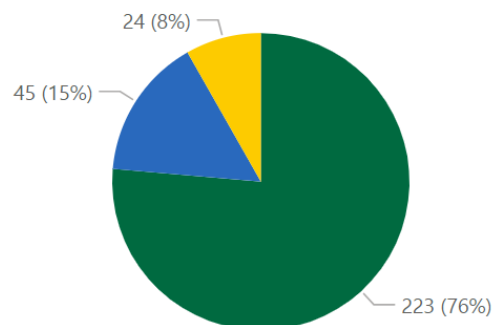


## Painel Dinâmico Enquadramento de Campos Marginais

Ano de apuração

# 2023

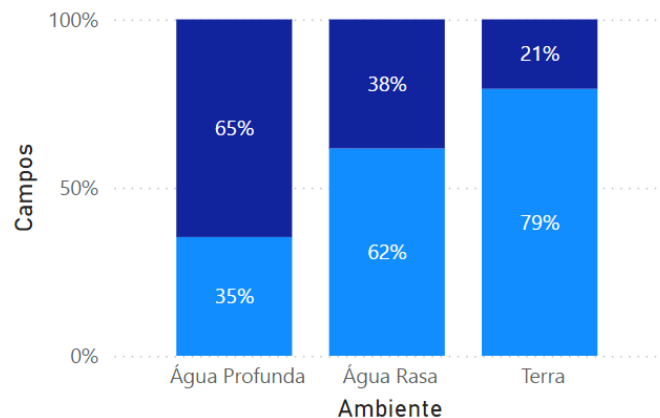
Quantidade de Campos Marginais por Ambiente



AMBIENTE ● Terra ● Água Rasa ● Água Profunda

Porcentagem de Campos Marginais por Ambiente

Marginal ● S ● N



## 292

Campos marginais

Campo

Todos

Operador

Todos

Ambiente

Todos

Critério Gás

Todos

Critério BSW

Todos

Critério Vazão

Todos

Critério API

Todos

Final

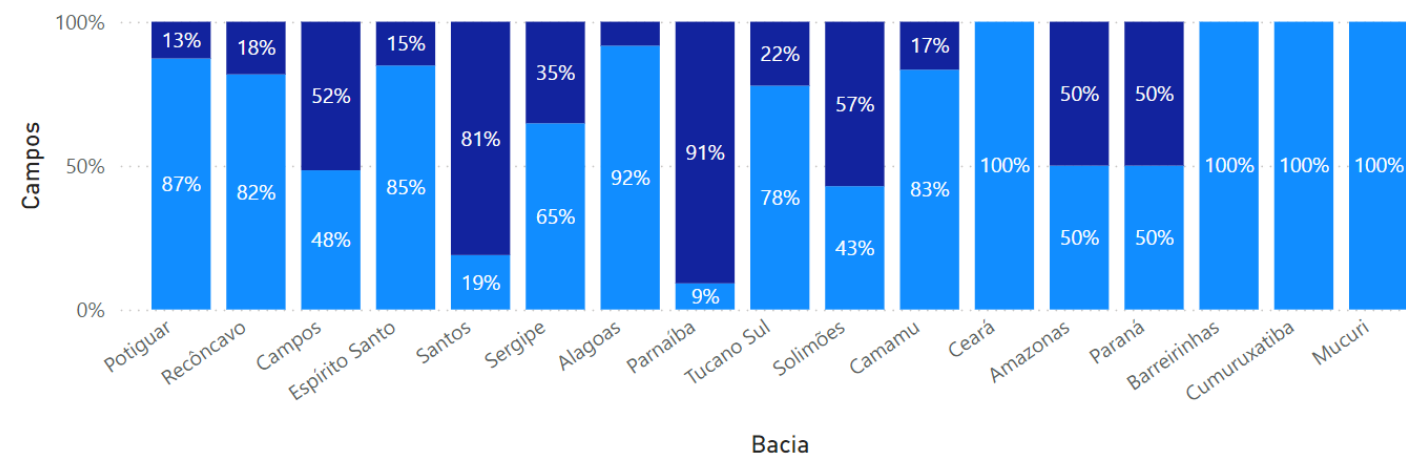
Todos

Tabela de Enquadramento de Campos Marginais

Campo	Bacia	Operador	Marginal
ACAJÁ-BURIZINHO	Recôncavo	RECÔNCAVO E&P	S
ACAUÃ	Potiguar	POTIGUAR E&P S.A.	S
AGUILHADA	Sergipe	CARMO	S
AGULHA	Potiguar	PETROBRAS	S
ALBATROZ	Espírito Santo	PETROSYNERGY	S
ALTO ALEGRE	Potiguar	PETRO-VICTORY	S
ALTO DO RODRIGUES	Potiguar	3R POTIGUAR	S
ANAMBÉ	Alagoas	ORIGEM ALAGOAS	S
ANDORINHA	Potiguar	PETRO-VICTORY	S

Porcentagem de Campos Marginais por Bacia

Marginal ● S ● N





# Enquadramento Campos Maduros

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 749, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

*Regulamenta o procedimento para concessão da redução de royalties como incentivo à produção incremental em campos maduros.*

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.012420/2017 e com base nas Resolução de Diretoria nº 571, de 20 de setembro de 2018, resolve:

## CAPÍTULO I DO OBJETO

**Art. 1º** Esta Resolução tem por objetivo regulamentar o procedimento para conceder, a pedido do operador, e desde que comprovado o benefício econômico para os entes federados, redução de royalties para até 5% (cinco por cento) sobre a produção incremental de campos maduros.

Parágrafo único. Esta Resolução é aplicável a todos os contratos de concessão.

## CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

**Art. 2º** Para os fins previstos nesta Resolução consideram-se, além das definições contidas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na Resolução ANP nº 25, de 8 de julho de 2013, na Resolução ANP nº 47, de 3 de setembro de 2014, na Resolução ANP nº 17, de 18 de março de 2015 e nos Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, as seguintes definições:

I - campo de pequena produção: campo de petróleo ou de gás natural cuja produção seja sempre menor ou igual a 5.000 boe/d (cinco mil barris de óleo equivalente por dia), no caso de campos com cabeças de poços localizadas em ambiente terrestre, ou cuja produção seja sempre menor ou igual a 20.000 boe/d (vinte mil barris de óleo equivalente por dia), no caso de campos com poços cujas cabeças estão localizadas em ambiente marítimo, conforme estimativa constante na última revisão do Plano de Desenvolvimento apresentada à ANP;

II - campo de grande produção: campo de petróleo ou de gás natural cuja produção seja maior que 5.000 boe/d (vinte mil barris de óleo equivalente por dia), no caso de campos com cabeças de poços localizadas em ambiente terrestre, ou cuja produção seja maior que 20.000 boe/d (vinte mil barris de óleo equivalente por dia), no caso de campos com poços cujas cabeças estão localizadas em ambiente marítimo, conforme estimativa constante na última revisão do Plano de Desenvolvimento apresentada à ANP;

III - campo maduro: campo de petróleo ou de gás natural com histórico de produção efetiva, realizada a partir de instalações definitivas de produção, maior ou igual a vinte e cinco anos, ou cuja produção acumulada corresponda a, pelo menos, 70% (setenta por cento) do volume a ser produzido previsto, considerando as reservas provadas (1P). O percentual mencionado pode ser obtido aplicando-se a fórmula:

"Produção Acumulada (boe) / Produção Acumulada (boe) + Reservas 1P(boe) "

## O que é um campo maduro?

25 anos de  
produção

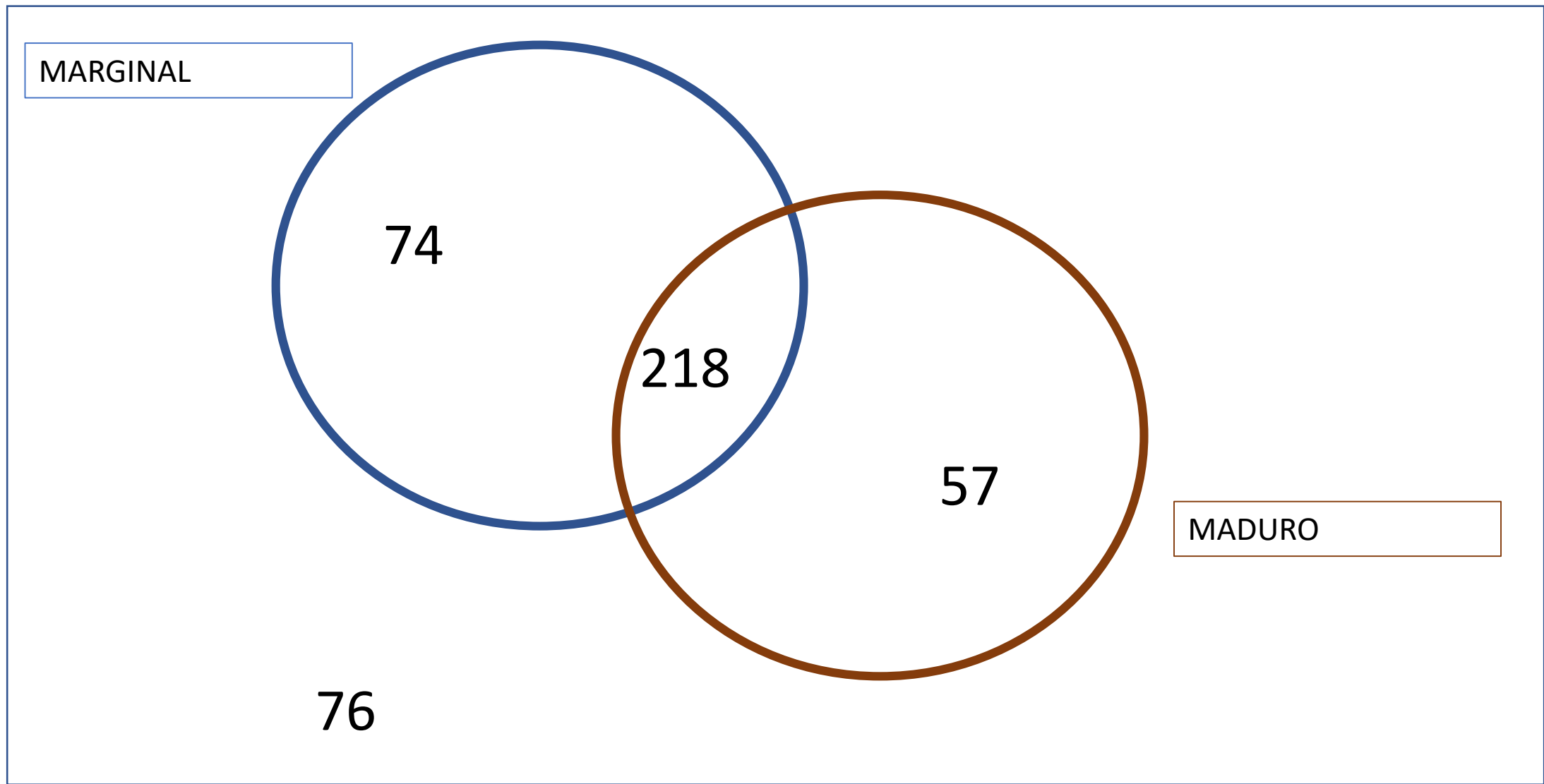
ou

Produção Acumulada  $\geq$  70% da  
recuperação esperada considerando  
as reservas 1P

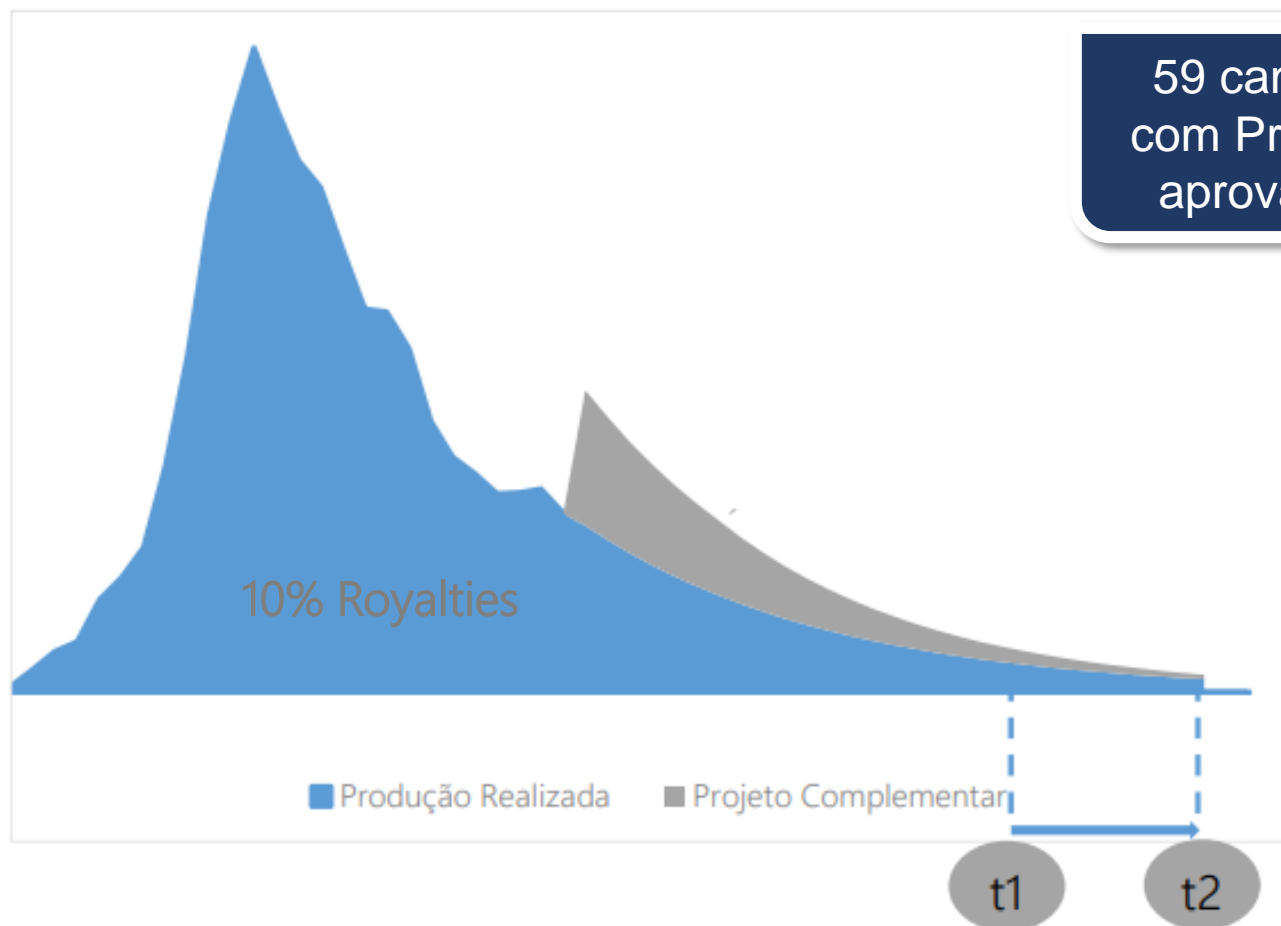
275

Campos Maduros

# Campos Maduros x Campos Marginais



# Resolução ANP nº 749/2018

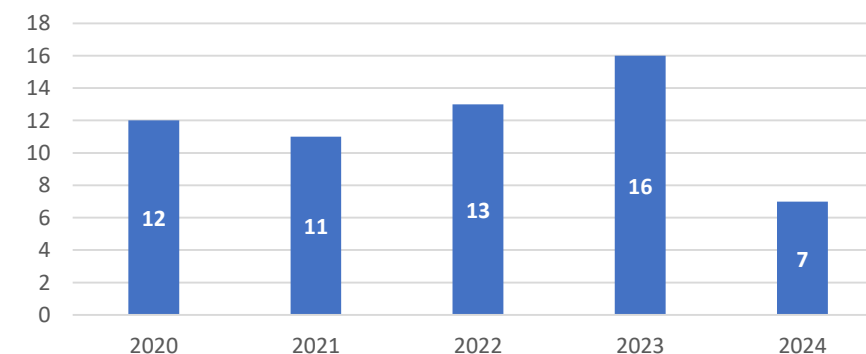


Objetivo de incentivar os investimentos em campos maduros num cenário de competição com novos campos.

Uma das ações decorrentes da **Resolução CNPE nº 17/2017**.

Para a redução de royalties, é necessário um novo Plano de Desenvolvimento e um aumento de produção.

Número de contratos com Redução de Royalties sobre a Produção Incremental aprovada por Ano



## Enquadramento Empresa Pequeno e Médio Porte



A [Resolução ANP nº 32/2014](#) estabelece os critérios para que uma empresa de exploração e produção de petróleo e gás natural seja enquadrada como de pequeno ou de médio porte.

I) *“Empresa de Pequeno Porte: é uma empresa independente ou uma empresa pertencente a Grupo Societário, que tenha qualificação de Operador C ou D pela ANP, segundo as normas vigentes, que opere pelo menos um Contrato de Concessão e que, ao mesmo tempo, na qualidade de empresa independente ou Grupo Societário, tenha produção média anualizada inferior **a 1.000 boe/d** (mil barris de óleo equivalente por dia) de petróleo ou gás natural, no País e no Exterior”*

II) *“Empresa de Médio Porte: é uma empresa independente ou uma empresa pertencente a Grupo Societário, que tenha qualificação de Operador B ou C pela ANP, segundo as normas vigentes, que opere pelo menos um Contrato de Concessão e que, ao mesmo tempo, na qualidade de empresa independente ou Grupo Societário, tenha produção média anualizada inferior **a 10.000 boe/d** (dez mil barris de óleo equivalente por dia) de petróleo ou gás natural, no País e no Exterior”*

# Resolução ANP nº 32/2014

A ANP divulga anualmente no mês de março, a lista das empresas classificadas com base na produção do ano anterior:

<div>  Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis         </div> <div> <input type="text" value="O que você procura?"/>  </div>	
<b>Relação de Empresas de Pequeno e Médio porte (EPMs)</b>	
<p>Em atendimento à <a href="#">Resolução ANP nº 32/2014</a>, de 05/06/2014, a ANP publica a relação das empresas de pequeno e médio porte de acordo com a produção realizada no ano de 2023, aprovado pela Resolução de Diretoria (RD) nº 101/2024, de 27/02/2024 (SEI nº 3801461).</p> <p>Acesse o <a href="#">Despacho SDP-ANP nº 236, de 29 de fevereiro de 2024</a>.</p>	
<b>Empresas de pequeno Porte</b>	<b>Empresas de Médio Porte</b>
BGM Petróleo e Gás Ltda.; Creative Energy Serviços e Exploração Ltda.; Energizzi Energias do Brasil Ltda.; Nion Energia S.A.; Nova Petróleo S.A. - Exploração e Produção; NTF Óleo e Gás S.A.; Petroborn Óleo e Gás S.A.; Petroil Óleo e Gás Ltda.; Petrom Produção de Petróleo e Gás Ltda.; Petro-Victory Energia Ltda.; Phoenix Óleo & Gás Natural Ltda.; Slim Drilling Serviços de Perfuração S.A.; Vipetro Petróleo S.A.; Brasil Refinarias Ltda.; Guindastes Brasil Óleo e Gás Ltda.; Andorinha Petróleo Ltda.; Barra Bonita Óleo e Gás Ltda.; EPG Brasil Ltda.; Oeste de Canoas Petróleo e Gás Ltda.; Perícia Engenharia e Construção Ltda.; Grupo Ubuntu Ltda.; Mandacaru Energia Ltda.; Nord Oil and Gas S.A.; Recôncavo Energia Ltda.; e Tarmar Energia e Participações Ltda.	Alvopetro S.A. Extração de Petróleo e Gás Natural; Carmo Energy S.A.; Capixaba Energia Ltda.; Energy Paranã Ltda.; Imetame Energia S.A.; Recôncavo Energia SPE Ltda.; Seacrest Petróleo S.A.; Seacrest Petróleo SPE Norte Capixaba Ltda.; Seacrest SPE Cricaré S.A.; e Petrosynergy Ltda.

Quantitativo Atual:

25

Empresas de  
pequeno porte

10

Empresas de médio  
porte

# Resolução ANP nº 853/2021

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 853, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021 - DOU DE 28.09.2021

*Dispõe sobre a redução da alíquota de royalties para campos concedidos a empresas de pequeno ou médio porte.*

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.212062/2020 e as deliberações tomadas na 1.064ª Reunião de Diretoria, realizada em 23 de setembro de 2021, RESOLVE:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Resolução estabelece o procedimento para a concessão de redução da alíquota de royalties, nos termos do art. 47, § 1º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para campos concedidos a empresas de pequeno ou médio porte.

Parágrafo único. Esta Resolução aplica-se somente aos contratos de exploração e produção sob o regime de concessão.

**Art. 2º** Para os fins desta Resolução, consideram-se como de pequeno ou médio porte as empresas enquadradas como tal nos termos da Resolução ANP nº 32, de 5 de junho de 2014.

## CAPÍTULO II DA REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DE ROYALTIES SEÇÃO I DO PEDIDO DE REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DE ROYALTIES

**Art. 3º** A redução da alíquota de royalties poderá ser concedida aos campos de produção de petróleo ou gás natural concedidos:

I - a empresas de pequeno ou médio porte, isoladamente; ou

II - a consórcios, cujos membros sejam empresas de pequeno ou médio porte com participação igual ou superior a setenta e cinco por cento.

**Art. 4º** O pedido de redução da alíquota de royalties deverá ser feito mediante requerimento individualizado para cada campo, protocolizado na ANP pelo operador do campo.

Regulamentou a redução da alíquota de royalties como incentivo às empresas de pequeno e médio portes, passando, quando cumpridas as condições, a alíquota para:

I – 5%, para campos operados por empresas de pequeno porte;

II – 7,5%, para campos operados por empresas de médio porte.

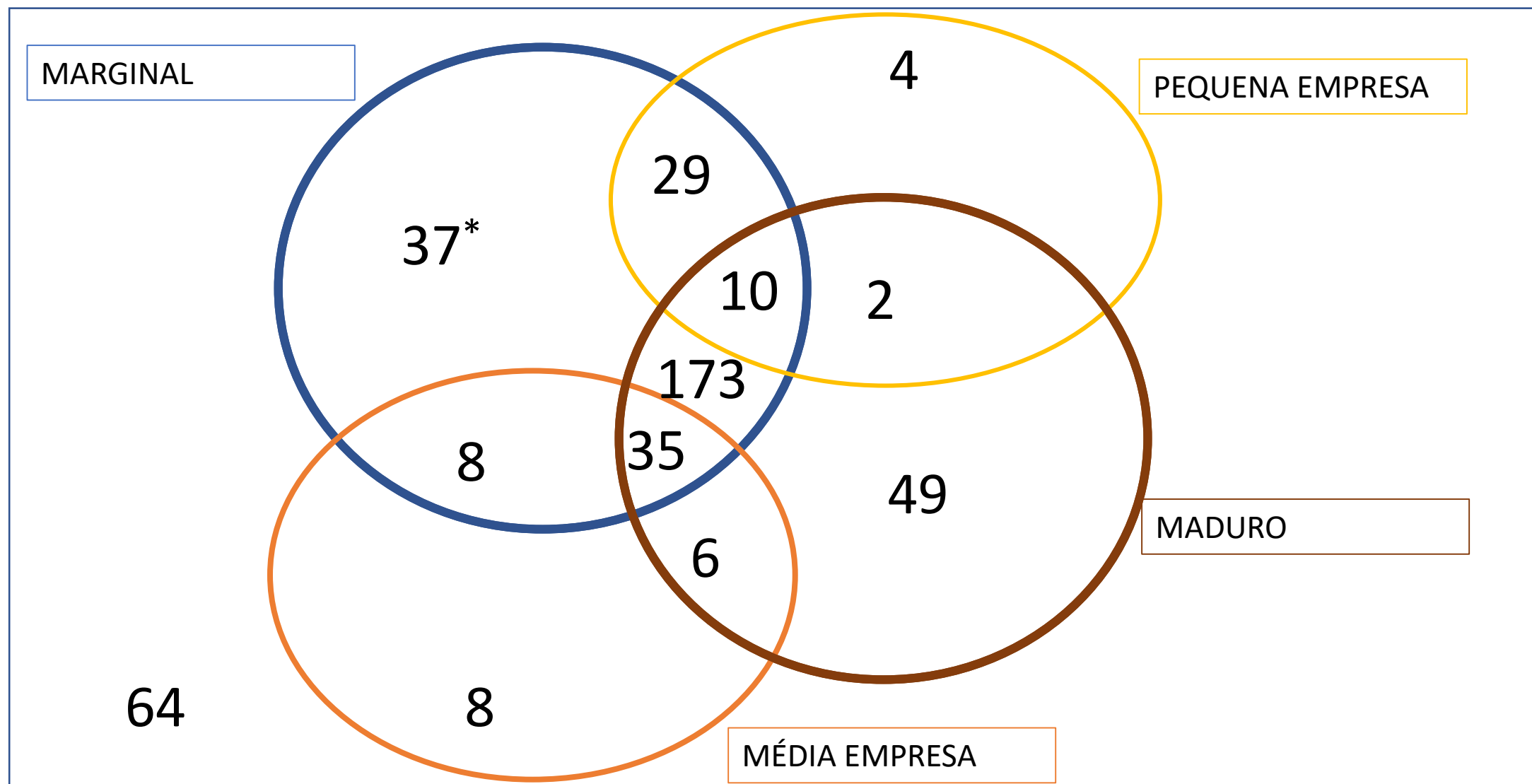
44

Campos com  
pleitos deferidos

12

Empresas

# Campos Maduros x Campos Marginais x Pequena e Média Empresa



\*Sendo 7 de licitações de Acumulação Marginal com royalties reduzido

## Conclusão





Obrigada!